

SÚMARIO

NOTA DO AUTOR.....	27	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98.....	137
NOTA TÉCNICA	29	<i>Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.</i>	
ABREVIATURAS.....	33	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24/99.....	138
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988			
ÍNDICE SISTEMÁTICO	37	<i>Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.</i>	
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	39	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32/01	139
TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	39	<i>Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	39	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/03	139
TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	46	<i>Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.</i>	
TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	59	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04.....	141
TÍTULO V – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	85	<i>Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.</i>	
TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO.....	88	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/05	142
TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	97	<i>Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.</i>	
TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL.....	101	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/09.....	143
TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	112	<i>Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.</i>	
TÍTULO X – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	114	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 69/12	143
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DESTACADAS.....	135	<i>Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2/92	135	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 78/14	144
<i>Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</i>		<i>Acrescenta art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre indenização devida aos seringueiros de que trata o art. 54 desse Ato.</i>	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98	135		
<i>Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>			

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79/2014	144	TÍTULO VIII – DA JUSTIÇA DO TRABALHO	243
<i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i>		TÍTULO IX – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	257
		TÍTULO X – DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO	261
		TÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..	284
		ANEXO I – QUADRO A QUE SE REFERE O INCISO I DO ART. 405 DA CLT	285
		DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008	285
		<i>Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.</i>	
		PORTARIA Nº 88, DE 28 DE ABRIL DE 2009	296
		<i>A Secretária de Inspeção do Trabalho, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso I do artigo 405 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, resolve:</i>	
		ANEXO II – QUADRO A QUE SE REFERE O ART. 577 DA CLT	297
		CÓDIGO CIVIL	
		CÓDIGO CIVIL	315
		LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	315
		<i>Institui o Código Civil.</i>	
		CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
		EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	401
		ÍNDICE SISTEMÁTICO	413
		CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	417
		LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973	417
		<i>Institui o Código de Processo Civil.</i>	
		DISPOSIÇÕES EM VIGOR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939	516
		NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	520
<hr/>			
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 79/2014	144		
<i>Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências.</i>			
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO			
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	149		
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	149		
DECRETO-LEI Nº 4.707, DE 17 DE SETEMBRO DE 1942	151		
<i>Dispõe sobre a vigência da Lei de Introdução ao Código Civil.</i>			
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO			
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	155		
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	160		
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.</i>			
ÍNDICE SISTEMÁTICO	161		
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	165		
TÍTULO I – INTRODUÇÃO	165		
TÍTULO II – DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO	167		
TÍTULO III – DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO	187		
TÍTULO IV – DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	209		
TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL	221		
TÍTULO VI – DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO	237		
TÍTULO VI-A – DAS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	239		
TÍTULO VII – DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS	240		
TÍTULO VII-A – DA PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	243		

LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.....	520	DECRETO Nº 27.048 DE 12 DE AGOSTO DE 1949.....	706
<i>Código de Processo Civil.</i>		<i>Aprova o regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>	
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR			
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	645	LEI Nº 2.757, DE 23 DE ABRIL DE 1956	710
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	645	<i>Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.</i>	
<i>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</i>		LEI Nº 2.959, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956	710
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	653	<i>Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43 (CLT), e dispõe sobre os contratos por obra o serviço certo.</i>	
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.....	653	LEI Nº 3.030, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956.....	710
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</i>		<i>Determina que não poderão exceder a 25% do Salário Mínimo os Descontos por Fornecimento de Alimentação, quando preparada pelo próprio Empregador.</i>	
CÓDIGO PENAL			
CÓDIGO PENAL	657	LEI Nº 3.207, DE 18 DE JULHO DE 1957	711
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	657	<i>Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.</i>	
<i>Código Penal.</i>		LEI Nº 3.857, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1960.....	711
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA			
ÍNDICE CRONOLÓGICO	695	<i>Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências.</i>	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	705	LEI Nº 3.999, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961.....	719
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.....	705	<i>Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.</i>	
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>		LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962.....	720
LEI Nº 662, DE 6 DE ABRIL DE 1949.....	706	<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.</i>	
<i>Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.</i>		LEI Nº 4.266, DE 3 DE OUTUBRO DE 1963.....	720
		<i>Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.</i>	
		LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964.....	721
		<i>Lei do Serviço Militar.</i>	
		LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.....	731
		<i>Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965	757	<i>disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências.</i>
<i>Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.</i>		
DECRETO Nº 57.155, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1965	757	
<i>Expede nova regulamentação da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que institui a gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.</i>		
LEI Nº 4.860, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1965	758	
<i>Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	761	
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.</i>		
LEI Nº 4.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965	766	
<i>Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências.</i>		
LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966	769	
<i>Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.</i>		
LEI Nº 5.085, DE 27 DE AGOSTO DE 1966	770	
<i>Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.</i>		
LEI Nº 5.559, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1968	770	
<i>Estende o direito ao salário-família instituído pela lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências.</i>		
DECRETO Nº 63.912, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1968	771	
<i>Regula o pagamento da gratificação de Natal ao trabalhador avulso e dá outras providências.</i>		
DECRETO-LEI Nº 691, DE 18 DE JULHO DE 1969	771	
<i>Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas</i>		
		<i>disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências.</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970	772	
<i>Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.</i>		
LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970	773	
<i>Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 5.725, DE 27 DE OUTUBRO DE 1971	774	
<i>Estabelece a permissão do desconto no salário do empregado de prestações relativas ao financiamento para aquisição de unidade habitacional, no Sistema Financeiro da Habitação.</i>		
LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971	775	
<i>Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 5.811, DE 11 DE OUTUBRO DE 1972	788	
<i>Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.</i>		
LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972	789	
<i>Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.</i>		
DECRETO Nº 71.885, DE 9 DE MARÇO DE 1973	790	
<i>Aprova o Regulamento da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências.</i>		
LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973	792	
<i>Estatui normas reguladoras do trabalho rural.</i>		
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	794	
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>		
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974	800	
<i>Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.</i>		

DECRETO Nº 73.626, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1974	801	LEI Nº 6.586, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1978	816
<i>Aprova Regulamento da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973.</i>		<i>Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários.</i>	
DECRETO Nº 73.841, DE 13 DE MARÇO DE 1974	804	LEI Nº 6.615, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1978	817
<i>Regulamenta a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário.</i>		<i>Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974	808	LEI Nº 6.708, DE 30 DE OUTUBRO DE 1979	820
<i>Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.224, DE 14 DE JULHO DE 1975	808	LEI Nº 6.802, DE 30 DE JUNHO DE 1980	822
<i>Regula o exercício da profissão de Propagandista e Vendedor de Produtos Farmacêuticos e dá outras providências.</i>		<i>Declara Feriado Nacional o Dia 12 de outubro, Consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975	809	LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980	822
<i>Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).</i>		<i>Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.422, DE 23 DE OUTUBRO DE 1975	809	LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980	837
<i>Dispõe sobre o Salário-Educação.</i>		<i>Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respektivos Titulares.</i>	
DECRETO Nº 76.900, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1975	810	DECRETO Nº 85.845, DE 26 DE MARÇO DE 1981	837
<i>Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.</i>	
LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976	811	LEI Nº 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981	838
<i>Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.</i>		<i>Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 80.271, DE 1º DE SETEMBRO DE 1977	812	LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981	839
<i>Regulamenta a concessão de férias anuais remuneradas aos trabalhadores avulsos e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.533, DE 24 DE MAIO DE 1978	813	DECRETO Nº 86.649, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1981	840
<i>Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, que determina a aplicação de correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial.</i>	
		LEI Nº 6.986, DE 13 DE ABRIL DE 1982	840
		<i>Altera a denominação da categoria funcional de Inspetor do Trabalho, dispõe sobre o pagamento de Gratificação de Produtividade nos casos que menciona, leva as multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.002, DE 14 DE JUNHO DE 1982	841	LEI Nº 7.394, DE 29 DE OUTUBRO DE 1985	858
<i>Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados e dá outras providências.</i>		<i>Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.064, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1982	842	LEI Nº 7.410, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985	859
<i>Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.</i>		<i>Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983	844	LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985	859
<i>Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.</i>		<i>Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 89.339, DE 31 DE JANEIRO DE 1984	846	DECRETO Nº 92.530, DE 9 DE ABRIL DE 1986	860
<i>Regulamenta o disposto nos artigos 5º, § 2º, 9º §§ 1º a 4º e 12 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.183, DE 5 DE ABRIL DE 1984	847	LEI Nº 7.466, DE 23 DE ABRIL DE 1986	861
<i>Regula o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalho.</i>	
LEI Nº 7.195, DE 12 DE JUNHO DE 1984	853	DECRETO Nº 92.790, DE 17 DE JUNHO DE 1986	861
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.238, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984	853	DECRETO Nº 93.412, DE 14 DE OUTUBRO DE 1986	864
<i>Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e revoga dispositivos do decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.</i>		<i>Revoga o Decreto nº 92.212, de 26 de dezembro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para empregados do setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984	855	DECRETO Nº 95.247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987	864
<i>Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.</i>	
DECRETO Nº 90.927, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1985	855	LEI Nº 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987	868
<i>Regulamenta a assiduidade profissional dos trabalhadores avulsos que menciona e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 7.377, DE 30 DE SETEMBRO DE 1985	857	LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	869
<i>Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências.</i>		<i>Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.</i>	
		LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	871
		<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 97.936, DE 10 DE JULHO DE 1989	872	LEI Nº 8.162, DE 8 DE JANEIRO DE 1991	934
<i>Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, proventos e demais retribuições dos servidores civis e da fixação dos soldos dos militares do Poder Executivo, na Administração Direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	874	DECRETO Nº 5, DE 14 DE JANEIRO DE 1991	935
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a Lei Nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador, revoga o Decreto nº 78.676, de 8 de novembro de 1976 e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.855, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	877	LEI Nº 8.178, DE 1º DE MARÇO DE 1991	936
<i>Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências.</i>		<i>Estabelece Regras sobre Preços e Salários, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 7.859, DE 25 DE OUTUBRO DE 1989	878	LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	940
<i>Regula a concessão e o pagamento do abono previsto no § 3º do art. 239 da Constituição Federal.</i>		<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	879	LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	965
<i>Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990	883	LEI Nº 8.352, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991	988
<i>Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.022, DE 12 DE ABRIL DE 1990	885	LEI Nº 8.406, DE 9 DE JANEIRO DE 1992	989
<i>Altera o sistema de administração das receitas federais, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal.</i>	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990	886	LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992	990
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre a política nacional de salários.</i>	
DECRETO Nº 99.684, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1990	895	LEI Nº 8.632, DE 4 DE MARÇO DE 1993	990
<i>Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).</i>		<i>Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	905	LEI Nº 8.650, DE 20 DE ABRIL DE 1993	991
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>		<i>Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.</i>	

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	991	LEI Nº 8.900, DE 30 DE JUNHO DE 1994	1071
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>		<i>Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993	1028	LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	1072
<i>Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências</i>		<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	1031	LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1084
<i>Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispendo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)</i>	
LEI Nº 8.678, DE 13 DE JULHO DE 1993	1061	LEI Nº 9.012, DE 30 DE MARÇO DE 1995	1089
<i>Dispõe sobre a concessão de benefício no pagamento da modalidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prevista no art. 20, inciso VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.</i>		<i>Proíbe as instituições oficiais de crédito de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS.</i>	
LEI Nº 8.716, DE 11 DE OUTUBRO DE 1993	1062	LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	1090
<i>Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.</i>		<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	1062	DECRETO Nº 1.480, DE 3 DE MAIO DE 1995	1090
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 1.035, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993	1066	DECRETO Nº 1.572, DE 28 DE JULHO DE 1995	1091
<i>Dispõe sobre o recolhimento do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta a mediação na negociação coletiva de natureza trabalhista e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994	1066	DECRETO Nº 1.596, DE 17 DE AGOSTO DE 1995	1092
<i>Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>		<i>Autoriza a realização de levantamento dos trabalhadores portuários em atividade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.856, DE 1º DE MARÇO DE 1994	1068	LEI Nº 9.093, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995	1093
<i>Fixa a Jornada de Trabalho dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.</i>		<i>Dispõe sobre feriados.</i>	
DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994	1068	DECRETO Nº 1.886, DE 29 DE ABRIL DE 1996	1094
<i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.</i>		<i>Regulamenta disposições da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.</i>	
		LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996	1094
		<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	

LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996	1117	LEI Nº 9.715, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998	1160
<i>Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997	1118	LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1162
<i>Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998	1119	LEI Nº 9.719, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1164
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 2.490, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998	1120	LEI Nº 9.766, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1998	1165
<i>Regulamenta a Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>		<i>Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998	1122	DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999	1166
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.</i>		<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1122	REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1167
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>		LEI Nº 9.867, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1125	<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.</i>	
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>		DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999	1342
LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998	1139	<i>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</i>	
<i>Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.</i>		DECRETO Nº 3.361, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000	1351
LEI Nº 9.674, DE 25 DE JUNHO DE 1998	1158	<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao Programa do Seguro-Desemprego.</i>	
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.</i>			
LEI Nº 9.676, DE 30 DE JUNHO DE 1998	1159		
<i>Dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</i>			
LEI Nº 9.696, DE 1 DE SETEMBRO DE 1998	1160		
<i>Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.</i>			

LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000.....	1352	<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 14 DE JULHO DE 2000	1353	<i>Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.</i>
LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1353	<i>Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.</i>
LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001.....	1355	<i>Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.</i>
LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001	1357	<i>Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001.....	1358	<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001.....	1361	<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>
DECRETO Nº 3.913, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.....	1372	<i>Dispõe sobre a apuração e liquidação dos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar no 110, de 29 de junho de 2001.</i>
DECRETO Nº 3.914, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.....	1374	<i>Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar no 110, de 29 de junho de 2001.</i>
LEI Nº 10.555, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002	1376	<i>Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.</i>
DECRETO Nº 4.552, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.....	1376	<i>Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.</i>
DECRETO Nº 4.751, DE 17 DE JUNHO DE 2003	1382	<i>Dispõe sobre o Fundo PIS-PASEP, criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, sob a denominação de PIS-PASEP, e dá outras providências.</i>
DECRETO Nº 4.840, DE 17 DE SETEMBRO DE 2003	1384	<i>Regulamenta a Medida Provisória no 130, de 17 de setembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.</i>
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.....	1387	<i>Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</i>
LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003	1398	<i>Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.</i>
LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003.....	1399	<i>Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.</i>
LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.....	1401	<i>Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.</i>
DECRETO Nº 5.113, DE 22 DE JUNHO DE 2004.....	1404	<i>Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.</i>

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1405	LEI Nº 11.685, DE 2 DE JUNHO DE 2008	1488
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>		<i>Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005	1433	LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008	1489
<i>Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006	1437	DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008	1492
<i>Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1441	LEI Nº 11.699, DE 13 DE JUNHO DE 2008	1493
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>		<i>Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.</i>	
DECRETO Nº 6.003, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006	1483	LEI Nº 11.760, DE 31 DE JULHO DE 2008	1494
<i>Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5º, da Constituição, e as Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo.</i>	
LEI Nº 11.476, DE 29 DE MAIO DE 2007	1485	LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	1494
<i>Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Ecologia.</i>		<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 11.491, DE 20 DE JUNHO DE 2007	1487	LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008	1495
<i>Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.648, DE 31 MARÇO DE 2008	1487		
<i>Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</i>			

DECRETO Nº 6.629,	
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008	1498
<i>Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.889,	
DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008	1510
<i>Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.</i>	
LEI Nº 11.901,	
DE 12 DE JANEIRO DE 2009	1512
<i>Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.959,	
DE 29 DE JUNHO DE 2009.....	1512
<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.009,	
DE 29 DE JULHO DE 2009	1518
<i>Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motocicletas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.023,	
DE 27 DE AGOSTO DE 2009.....	1519
<i>Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.</i>	
DECRETO Nº 7.052,	
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	1520
<i>Regulamenta a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas.</i>	
LEI Nº 12.198,	
DE 14 DE JANEIRO DE 2010	1521
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 991, DE 21 DE	
JANEIRO DE 2010.....	1521
<i>Dispõe sobre o Programa Empresa Cidadã.</i>	
PORTARIA MTE 550,	
DE 12 DE MARÇO DE 2010.....	1523
<i>Estabelecer instruções para a prorrogação do contrato de trabalho temporário.</i>	
PORTARIA MTE 1.095,	
DE 19 DE MAIO DE 2010.....	1523
<i>Disciplina os requisitos para a redução do intervalo intrajornada.</i>	
LEI Nº 12.288,	
DE 20 DE JULHO DE 2010.....	1524
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	
LEI Nº 12.302,	
DE 2 DE AGOSTO DE 2010.....	1531
<i>Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.</i>	
LEI Nº 12.319,	
DE 1º DE SETEMBRO DE 2010	1532
<i>Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.</i>	
LEI Nº 12.382,	
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011	1533
<i>Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.</i>	
LEI Nº 12.436,	
DE 6 DE JULHO DE 2011.....	1534
<i>Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.</i>	
LEI Nº 12.467,	
DE 26 DE AGOSTO DE 2011	1534
<i>Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.</i>	
LEI Nº 12.468,	
DE 26 DE AGOSTO DE 2011	1535
<i>Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.506,	
DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.....	1535
<i>Dispõe sobre o aviso prévio e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.602,	
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011	1536
<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST.</i>	

LEI Nº 12.591, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	1538	<i>Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.</i>
LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	1538	<i>Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.</i>
DECRETO Nº 7.721, DE 16 DE ABRIL DE 2012	1539	<i>Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.</i>
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012	1540	<i>Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.</i>
LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012	1546	<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.</i>
LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012.....	1547	<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>
LEI Nº 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013.....	1551	<i>Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.</i>
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013.....	1551	<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013	1552	<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nos 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nos 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>
LEI Nº 12.842, DE 10 DE JULHO DE 2013	1563	<i>Dispõe sobre o exercício da Medicina.</i>
LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.....	1565	<i>Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.</i>
DECRETO Nº 8.084, DE 26 DE AGOSTO DE 2013	1572	<i>Regulamenta a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura.</i>
LEI Nº 12.867, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.....	1575	<i>Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.</i>
LEI Nº 12.869, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.....	1575	<i>Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.</i>
LEI Nº 12.870, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.....	1576	<i>Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.</i>

**LEI Nº 12.871,
DE 22 DE OUTUBRO DE 2013..... 1576**

Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

**DECRETO Nº 8.166,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013 1583**

Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

**LEI Nº 12.965,
DE 23 ABRIL DE 2014 1583**

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

**LEI Nº 12.984,
DE 2 JUNHO DE 2014 1588**

Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids.

**LEI Nº 12.990,
DE 9 JUNHO DE 2014 1588**

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 146,
DE 25 DE JUNHO DE 2014 1589**

Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.

**DECRETO Nº 8.381,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014..... 1589**

Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014..... 1590**

Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014..... 1593**

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.

**LEI 13.103,
DE 2 DE MARÇO DE 2015..... 1595**

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA AÇÕES CONSTITUCIONAIS

ÍNDICE CRONOLÓGICO..... 1605

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
AÇÕES CONSTITUCIONAIS 1606**

**DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 1606**

Código de Processo Penal. Apenas o Capítulo referente ao habeas corpus.

**LEI Nº 4.717,
DE 29 DE JUNHO DE 1965..... 1607**

Regula a ação popular.

**LEI Nº 7.347,
DE 24 DE JULHO DE 1985 1611**

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.

**LEI Nº 9.507,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 1613**

Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.

**LEI Nº 9.868,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999..... 1615**

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

**LEI Nº 9.882,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 1618**

Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1620	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19	1647
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>		<i>Aprova normas relativas à inserção de tema na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1621	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23	1647
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre petições de recurso de revista.</i>	
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA CNJ, CSJT E TST		INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27	1648
ÍNDICE	1627	<i>Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004.</i>	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1627	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29	1649
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1627	<i>Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência.</i>	
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1627	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32	1649
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1628	<i>Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 185, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013	1628	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35	1651
<i>Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.</i>		<i>Dispõe sobre a admissibilidade do recurso de Embargos à Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais por decisão do Presidente de Turma do Tribunal Superior do Trabalho.</i>	
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1636	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1418, DE 30 DE AGOSTO DE 2010	1652
RESOLUÇÃO Nº 136, DE 25 DE ABRIL DE 2014	1636	<i>Regulamenta o processamento do Agravo de Instrumento interposto de despacho que negar seguimento a recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho.</i>	
<i>Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.</i>		ATO TST. SEJUD. GP Nº 491/2014	1652
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1646	<i>Referendado pela Resolução Administrativa nº 1699/2014 – DeJT 07/10/2014</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16	1646	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DIREITO ADMINISTRATIVO	
<i>Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.</i>		ÍNDICE CRONOLÓGICO	1657
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17	1646	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DIREITO ADMINISTRATIVO	1659
<i>Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista.</i>		LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	1659
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18	1647	<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	
		LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1669
		<i>Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	

LEI Nº 8.429,
DE 2 DE JUNHO DE 1992..... 1699

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.666,
DE 21 DE JUNHO DE 1993..... 1703

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

LEI Nº 9.784,
DE 29 DE JANEIRO DE 1999..... 1733

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000..... 1740

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 10.520,
DE 17 DE JULHO DE 2002..... 1756

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.450,
DE 31 DE MAIO DE 2005..... 1758

Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.504,
DE 5 DE AGOSTO DE 2005..... 1764

Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

DECRETO Nº 7.892,
DE 23 DE JANEIRO DE 2013..... 1765

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DIREITO INTERNACIONAL

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS**..... 1773

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

CONVENÇÃO OIT 87..... 1776

Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical (Data da entrada em vigor: 4 de julho de 1950).

DECRETO Nº 3.197,
DE 5 DE OUTUBRO DE 1999..... 1781

Promulga a Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Férias Anuais Remuneradas (revista em 1970), concluída em Genebra, em 24 de junho de 1970.

CONVENÇÃO OIT 182..... 1783

Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação

CONVENÇÃO OIT 132..... 1779

Convenção sobre férias anuais remuneradas (revista em 1970).

DECRETO Nº 3.597,
DE 12 DE SETEMBRO DE 2000..... 1785

Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRABALHISTA

ÍNDICE CRONOLÓGICO..... 1789

ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... 1789

APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988..... 1789

**ANTES DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**..... 1790

DECRETO-LEI Nº 4.597,
DE 19 DE AGOSTO DE 1942..... 1790

Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.

LEI Nº 1.060,
DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950..... 1790

Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

LEI Nº 1.408,
DE 9 DE AGOSTO DE 1951..... 1792

Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 779,
DE 21 DE AGOSTO DE 1969..... 1793

Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.

LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970	1793	LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1808
<i>Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.</i>		<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.638, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970	1794	LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997	1817
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento das ações trabalhistas de competência da Justiça Federal, e dá outras providências.</i>		<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1795	LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999	1819
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.</i>		<i>Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.</i>	
LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983	1800	LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1819
<i>Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.</i>		<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.316, DE 28 DE MAIO DE 1985	1800	LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1820
<i>Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.</i>		<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1801	LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1822
LEI Nº 7.701, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988	1801	<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
<i>Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.</i>		LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1825
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	1803	<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>		JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1803	SÚMULAS VINCULANTES – STF	
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>		1831	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	1807	SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRABALHISTA	
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>		1834	
LEI Nº 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995	1808	SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA TRABALHISTA	
<i>Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).</i>		1841	
		SÚMULAS DO EX-TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS EM MATÉRIA TRABALHISTA	
		1847	

SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1849	TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1941
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL.....	1881	JORNADAS JURÍDICAS	
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SUBSEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS 1	1883	1ª JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1947
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS TRANSITÓRIAS DA SUBSEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS 1	1912	JORNADA NACIONAL SOBRE EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	1955
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS SUBSEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS 2	1919	ENUNCIADOS PROPOSITIVOS DA JORNADA NACIONAL SOBRE EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	1960
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....	1932		
PRECEDENTES NORMATIVOS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....	1935		